

Aquarius Energética S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

AQUARIUS ENERGÉTICA S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. acionistas o Relatório da Administração e o conjunto das Demonstrações Financeiras da AQUARIUS ENERGÉTICA S.A relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório de Auditoria Independente.

As demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. A COMPANHIA

Com sede localizada na cidade de Sonora - MS, a Companhia tem por atividade a geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/95 e legislação pertinente.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aquarius Energética S.A. ("Companhia") foi constituída com objetivo de geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/95 e legislação pertinente, através de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) para exploração do potencial energético do Rio Correntes, localizado no município de Sonora - MS, com potência instalada de 4,2 MW e potência assegurada de 3,69 MW.

Os custos e despesas se mantiveram em níveis normais, sem variações relevantes.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia mantém uma rígida política de manutenção em seus equipamentos, mantendo-se totalmente aderente às exigências da ANEEL, com isso, mesmo com fatores de produção estáveis, geramos 5.643Mwh adicionais ao compromisso de fornecimento contratado, totalizando assim 37.164 produzidos e comercializados em 2023.

4. GESTÃO DE MEIO AMBIENTE

Atenta ao cumprimento da legislação ambiental e às alternativas para o desenvolvimento sustentável e dando continuidade à sua política, a Companhia desenvolve suas atividades com absoluto respeito ao meio-ambiente.

5. DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Administração propõe aos seus acionistas que em relação ao resultado do exercício no montante de R\$ 10.623 mil sejam destinados: (i) R\$ 2.653 mil para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios (ii) a ratificação pelos acionistas no que concerne ao valor de R\$ 2.152 mil de dividendos intermediários já pagos e compensados com os dividendos mínimos; e (iii) os 7.970 restantes, ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária.

6. AGRADECIMENTOS

A Companhia agradece ao seu cliente, a todos os seus fornecedores e demais instituições pela confiança e apoio à Administração, bem como a seus colaboradores, pela dedicação e integração com os planos empreendidos.

A Diretoria

LUCA GIOBBI
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da

Aquarius Energética S.A.

Sonora – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aquarius Energética S.A.. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aquarius Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Aquarius Energética S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.326	9.850	Fornecedores	16	19	
Contas a receber	9	1.968	2.168	Obrigações trabalhistas	204	193	
Outros créditos		<u>66</u>	<u>51</u>	Tributos a recolher	1	33	
Total do ativo circulante		<u>11.360</u>	<u>12.069</u>	Impostos de renda e contribuição social a pagar	12	25	39
				Dividendos a pagar	14	<u>8.543</u>	<u>11.557</u>
Não circulante				Total do passivo circulante		<u>8.789</u>	<u>11.841</u>
Realizável a longo prazo							
Mútuo a receber	10	5.200	-	Não circulante			
Outros créditos		<u>10</u>	<u>8</u>	Provisão para contingências	13	<u>1</u>	<u>1</u>
Imobilizado	11	<u>6.936</u>	<u>6.511</u>	Total do passivo não circulante		<u>1</u>	<u>1</u>
Total do ativo não circulante		<u>12.146</u>	<u>6.519</u>	Total do passivo		<u>8.790</u>	<u>11.842</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	4.725	4.725
				Reservas de lucros		<u>9.991</u>	<u>2.021</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>14.716</u>	<u>6.746</u>
Total do ativo		<u>23.506</u>	<u>18.588</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>23.506</u>	<u>18.588</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquarius Energética S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	13.914	14.459
Custo dos serviços vendidos	17	<u>(3.417)</u>	<u>(2.916)</u>
Lucro bruto		<u>10.497</u>	<u>11.543</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(452)	(212)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	<u>(30)</u>	<u>(28)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>10.015</u>	<u>11.303</u>
Receitas financeiras		1.195	681
Despesas financeiras		<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
Resultado financeiro líquido	18	<u>1.190</u>	<u>676</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.205	11.979
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	<u>(582)</u>	<u>(434)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>10.623</u></u>	<u><u>11.545</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquarius Energética S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.623	11.545
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>10.623</u></u>	<u><u>11.545</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquarius Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Lucro líquido do exercício	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para futuros investimentos	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.725	945	777	-	-	6.447
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.545	11.545
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(1.756)	(1.756)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(9.490)	(9.490)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	299	-	(299)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.725	945	1.076	-	-	6.746
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.623	10.623
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(2.152)	(2.152)
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	(501)	(501)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.970	(7.970)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.725	945	1.076	7.970	-	14.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquarius Energética S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.205	11.979
Ajustes			
Depreciação e amortização	11	665	639
Resultado da baixa de ativo imobilizado	11	<u>91</u>	<u>-</u>
Variações em:			
Contas a receber		200	(643)
Outros créditos		(17)	(12)
Fornecedores		(3)	(136)
Impostos e contribuições a recolher		(32)	21
Obrigações trabalhistas		<u>11</u>	<u>79</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		12.120	11.927
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(596)</u>	<u>(419)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		<u>11.524</u>	<u>11.508</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	<u>(1.181)</u>	<u>(51)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(1.181)</u>	<u>(51)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuo a receber	10	(5.200)	(1)
Dividendos pagos	14	<u>(5.667)</u>	<u>(5.189)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(10.867)</u>	<u>(5.190)</u>
Redução/Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(524)	6.267
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>9.850</u>	<u>3.583</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>9.326</u>	<u>9.850</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aquarius Energética S.A. (“Companhia”) foi constituída com objetivo de geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/95 e legislação pertinente, através de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) para exploração do potencial energético do Rio Correntes, localizado no município de Sonora - MS, com potência instalada de 4,2 MW e potência assegurada de 3,69 MW.

A Companhia possui um contrato de fornecimento de energia para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“Eletrobras”), assinado em 2008, com vigência até 30 de junho de 2026. A energia contratada pela Eletrobras é de 31.521 MWh por ano e o preço unitário da energia contratada é de R\$ 121,35/MWh, sendo reajustada anualmente pelo IGP-M, de acordo com a Portaria nº 045/2004 do Ministério de Minas e Energia. Em 31 de dezembro de 2023, o preço unitário de energia contratada encontra-se em R\$ 442,54/Mwh (R\$ 463,23/Mwh em 2022). A totalidade da energia gerada pela Companhia está contratada com a Eletrobras, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. A Companhia mantém dependência deste cliente, uma vez que 100% de seu faturamento está atrelado a este contrato.

Em decorrência do processo de desestatização da Eletrobras, conforme Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, as obrigações relativas ao Proinfa foram assumidas pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, à qual foi incorporada a responsabilidade de manter os direitos e obrigações relativos ao Proinfa.

O valor total estimado do contrato é de R\$ 34.873 referente ao prazo remanescente contratual de 2,5 anos (R\$ 51.105 em 2022), levando-se em consideração a energia contratada, o preço de energia e o prazo definido.

A Resolução nº 248, de 29 de maio de 2003, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Sonora Estância S.A. (parte relacionada da Companhia) a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica e através da Resolução nº 410, de 20 de dezembro de 2004, a ANEEL autorizou a transferência da exploração de energia para a Companhia.

Na data em que a administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração da Companhia concluiu que não havia incertezas relevantes que pudessem colocar em dúvida a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 4 e nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

Imposto mínimo complementar global

A Companhia verificou antecipadamente e não tem nenhum impacto marial relacionado a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações, quando ocorrem, fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.

A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente, se fosse aplicável. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto na demonstração financeira.

Informações de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 6 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações, se aplicáveis.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário (Veja também nota explicativa nº 4).

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

6.2 Ativos financeiros

6.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

6.2.2 Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realizou uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo de investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

6.2.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

6.2.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela entrega de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, e, portanto, são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

6.4 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as instalações operacionais da Companhia. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. A Companhia usa a taxa de depreciação de seu ativo imobilizado de acordo com as taxas propostas pela ANEEL e concluiu que a taxa de vida útil econômica sofreria alterações insignificantes com relação à taxa utilizada. As taxas utilizadas são conforme Nota 11 (a).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

6.5 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

A Companhia não identificou nenhum evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem necessidade de *impairment* de seus ativos não financeiros.

6.6 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

6.7 Provisões

As provisões e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (ii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

6.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda do exercício corrente é calculado nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base de lucro presumido de 8% sobre receita bruta.

A contribuição social do exercício é calculada na alíquota de 9% sobre base de lucro presumido de 12% sobre receita bruta.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro presumido.

6.10 Reconhecimento da receita

a. Venda de energia elétrica

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros similares.

A receita operacional é composta pela receita de comercialização de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada à Eletrobrás, e calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros de venda de compra e venda de energia elétrica na Eletrobrás estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

6.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

6.12 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

6.13 As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo estão previsão entrar em vigor em 1º janeiro de 2023

As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo estão previsão entrar em vigor após 1º janeiro de 2023. A Companhia, não adotou antecipadamente, na preparação dessas demonstrações financeiras

(i) *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)*

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está sempre avaliando se possíveis impactos como esse e suas alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. O que até então, não é aplicável as tratativas da Companhia.

(ii) *Outras Normas Contábeis*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está contemplada a seguir:

a. Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos conta movimento	-	1.504
Aplicações financeiras	9.326	8.346
	<u>9.326</u>	<u>9.850</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha. Estão substancialmente representadas por Certificado de Depósito Bancário – CDB, e os rendimentos estão vinculados à taxa média ponderada de 3,3028% a.a. (2022 – 2,4830% a.a.).

9 Contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	23	2.191
Empresa Bras. Part. Ener. Nucl. Binacional S/A - ENBPAR	1.968	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(23)	(23)
	<u>1.968</u>	<u>2.168</u>

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	1.968	2.168
Vencidas acima de 360 dias	23	23
	<u>1.991</u>	<u>2.191</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os recebíveis vencidos há mais de 180 dias, e também considerando a perda esperada, que conforme apurado pela administração são irrelevantes.

10 Partes relacionadas

a. Mútuo ativo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Emanuela Giobbi	3.200	-
Luca Giobbi	2.000	-
	<u>5.200</u>	<u>-</u>

O saldo acima se refere a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante e é decorrente de empréstimos financeiros efetuados. A quitação ocorrerá até o dia 31/12/2025.

Não houve receita financeira proveniente de mútuo neste exercício.

Remuneração dos administradores

A remuneração e os honorários totais dos administradores da Companhia foram de R\$ 118 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 137 em 2022). Os mesmos não gozam de outras vantagens, a não ser os acionistas que recebem dividendos, caso existam lucros, na proporção de suas participações societárias.

11 Imobilizado

a. Composição

<u>Categoria</u>	<u>Taxas de depreciação (%)</u>	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Terrenos	-	15	-	15	15	-	15
Edificações e dependências	3,3 a 4% a.a.	12.207	(7.511)	4.696	11.342	(7.029)	4.313
Instalações e equipamentos	3 a 10% a.a.	1.698	(799)	899	1.499	(751)	749
Veículos	20% a.a.	75	(55)	20	75	(36)	39
Maquinismos e acessórios	2,5 a 10% a.a.	2.662	(1.386)	1.276	2.654	(1.287)	1.367
Móveis e utensílios	10% a.a.	30	(21)	9	31	(19)	12
Computadores e periféricos	4,5 a 20% a.a.	76	(55)	21	76	(59)	17
		<u>16.763</u>	<u>(9.827)</u>	<u>6.936</u>	<u>15.692</u>	<u>(9.181)</u>	<u>6.511</u>

b. Movimentação

Custo	Em 1º de janeiro de 2022	Adições	Baixas	Transf	Em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transf	Em 31 de dezembro de 2023
Terrenos	15	-	-	-	15	-	-	-	15
Edificações e dependências	11.136	-	-	206	11.342	-	-	865	12.207
Instalações e equipamentos	1.499	-	-	-	1.499	199	-	-	1.698
Veículos	75	-	-	-	75	-	-	-	75
Maquinismos e acessórios	2.652	2	-	-	2.654	117	(109)	-	2.662
Móveis e utensílios	31	-	-	-	31	-	(1)	-	30
Computadores e periféricos	76	-	-	-	76	-	-	-	76
Imobilizado em andamento	157	49	-	(206)	-	865	-	(865)	-
Total do custo	15.641	51	-	-	15.692	1.181	(110)	-	16.763

Depreciação	Em 1º de janeiro de 2022	Adições	Baixas	Transf	Em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transf	Em 31 de dezembro de 2023
Edificações e dependências	(6.557)	(472)	-	-	(7.029)	(482)	-	-	(7.511)
Instalações e equipamentos	(707)	(44)	-	-	(751)	(48)	-	-	(799)
Veículos	(16)	(20)	-	-	(36)	(19)	-	-	(55)
Maquinismos e acessórios	(1.188)	(99)	-	-	(1.287)	(99)	-	-	(1.386)
Móveis e utensílios	(17)	(2)	-	-	(19)	(2)	-	-	(21)
Computadores e periféricos	(57)	(2)	-	-	(59)	(15)	19	-	(55)
Total da depreciação	(8.542)	(639)	-	-	(9.181)	(665)	19	-	(9.827)
Imobilizado líquido	7.099	(588)	-	-	6.511	516	(91)	-	6.936

A Administração da Companhia não identificou eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação (*impairment*) em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A Companhia utiliza a taxa de depreciação de seu ativo imobilizado no exercício de acordo com as taxas propostas pela ANEEL em 2023 e 2022 e concluiu que a vida útil econômica sofreria alterações insignificantes com relação à taxa atual vigente, e por esse motivo não efetuou nenhuma alteração na vida útil dos bens.

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do saldo a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda pessoa jurídica	-	2
Contribuição social sobre o lucro líquido	<u>25</u>	<u>37</u>
	<u><u>25</u></u>	<u><u>39</u></u>

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apuradas pelo regime de caixa, estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

Descrição	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
Receita bruta de venda de energia	14.648	14.648	14.648	14.339	14.339	14.339
Alíquota de presunção	8%	12%	20%	8%	12%	20%
Base de cálculo	<u>1.172</u>	<u>1.758</u>	<u>2.930</u>	<u>1.147</u>	<u>1.721</u>	<u>2.868</u>
Demais receitas	460	460	460	49	49	49
Base de cálculo total	<u>1.632</u>	<u>2.218</u>	<u>3.390</u>	<u>1.196</u>	<u>1.770</u>	<u>2.917</u>
Cálculo do imposto de renda						
- Alíquota de 15%	(244)	-	(244)	(179)	-	(179)
- Adicional de 10%	(139)	-	(139)	(96)	-	(96)
Total do imposto de renda corrente	<u>(383)</u>	<u>-</u>	<u>(383)</u>	<u>(275)</u>	<u>-</u>	<u>(275)</u>
Cálculo da contribuição social						
- Alíquota de 9%	-	(199)	(199)	-	(159)	(159)
Total da contribuição social corrente	<u>-</u>	<u>(199)</u>	<u>(199)</u>	<u>-</u>	<u>(159)</u>	<u>(159)</u>
Total dos impostos correntes	<u>(383)</u>	<u>(199)</u>	<u>(582)</u>	<u>(275)</u>	<u>(159)</u>	<u>(434)</u>

13 Provisão para contingências

a. Provisionadas

A Companhia é parte em processos fiscais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de consultores jurídicos externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável.

A Companhia possui provisionados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, valores para fazer face aos processos considerados prováveis de perda, cujos saldos finais estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Provisão processo FAP - INSS	1	1
	1	1

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que não existem outros riscos de perda prováveis que deveriam ser registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b. Não provisionadas

A Companhia é, ainda, parte em processos fiscais em andamento, classificados como de risco possível pelos seus consultores jurídicos externos, para os quais não foi constituída provisão para riscos fiscais. Tais processos totalizam em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente, R\$ 3.302 (R\$ 2.714 em 2022) e estão relacionados com a construção da Companhia em que foi obtida junto à SEFAZ a dispensa de cobrança de ICMS Diferencial de Alíquotas à aquisição de equipamentos destinados à geração de energia. Contudo, após a finalização das obras, houve fiscalização das notas de aquisição destes equipamentos e, o SEFAZ obteve o entendimento de que os equipamentos adquiridos se referiam à transmissão de energia e não à geração de energia e desta forma a Companhia foi autuada.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da companhia está representado por 4.725.185 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00. Abaixo estão apresentadas as participações por acionista no capital social da Companhia:

Acionistas	% de participação	Quantidade de ações	Valor total
Espólio de Francisco Giobbi	45,32	2.141.371	2.141
Maria Esther Giobbi	28,94	1.367.507	1.368
Emanuela Giobbi	5,23	247.024	247
Luca Giobbi	5,23	247.024	247
Cleiton Jarbas Valeis	8,36	395.229	395
IG Patrimonial Ltda	6,92	327.030	327
	100,00	4.725.185	4.725

b. Destinação do resultado

O lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- (i) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve complemento dessa reserva, pois a mesma atingiu o percentual de 20% do capital social.

- (ii) O estatuto social da Companhia não determina o valor de dividendos mínimos obrigatórios e, sendo assim, a Lei das Sociedades por Ações estabelece a distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal.
- (iii) Nos termos do art. 199 da Lei nº.6404/76, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital, o que será tema de deliberação na próxima Assembleia Geral.
- (iv) Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 21 de março de 2022, foi aprovada a destinação do lucro para a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 11.246 e aumento da “Reserva de lucros para futuros investimentos no valor de R\$ 299”. Em 31 de dezembro de 2023 a administração da Companhia está propondo distribuir R\$ 2.653 de dividendos obrigatórios, sendo R\$ 2.152 já pagos mediante antecipação de dividendos, conforme AGE ocorrida em 05 de setembro de 2023.

A seguir está apresentada a movimentação dos dividendos a pagar e a composição do saldo:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.623	11.545
Percentual mínimo obrigatório	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	2.653	2.886
		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.500
Dividendos pagos em 2022		(3.433)
Dividendos intermediários		(1.756)
Dividendos propostos no final do exercício		11.246
Saldo em 31 de dezembro de 2022		11.557
Dividendos pagos em 2023		(3.515)
Dividendos intermediários		(2.152)
Dividendos mínimos propostos no final do exercício		2.653
Saldo em 31 de dezembro de 2023		8.543

c. Reserva para futuros investimentos

Trata-se de reserva calculada com base em proposição da diretoria, sendo destinada à aplicação em investimentos na manutenção da usina, devidamente aprovada pelos acionistas em Assembleias dos exercícios anteriores.

15 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	9.326	9.850
Contas a receber	1.968	2.168
Partes relacionadas	5.200	-
Outros créditos	76	59
	<u>16.570</u>	<u>12.077</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	16	19
Dividendos a pagar	8.543	11.557
	<u>8.559</u>	<u>11.576</u>

Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na busca de minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, saldos entre partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, nos próximos 12 meses, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(i) Risco de crédito

A administração da Companhia entende que o risco de crédito, apesar de concentrado substancialmente em um único cliente (Enbpar), é mitigado considerando-se a solidez da situação patrimonial e financeira deste terceiro e os contratos firmados que minimizam os eventuais problemas decorrentes de inadimplência.

(ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

(iii) Risco de mercado - risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção, mas pondera que considera irrelevante sua exposição neste sentido, uma vez que os saldos de empréstimos da Companhia não são relevantes.

c. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantém recursos financeiros originados em capital próprio em montantes julgados suficientes (informação não auditada) pela Administração para manutenção de suas operações e desenvolvimento de plano de investimento e expansão.

16 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	14.449	14.982
(-) PIS sobre faturamento	(108)	(93)
(-) COFINS sobre faturamento	(427)	(430)
Receita líquida de vendas	<u>13.914</u>	<u>14.459</u>

17 Custo dos serviços vendidos

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração são apresentadas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciações e amortizações	(660)	(642)
Serviços de terceiros	(1.290)	(878)
Salários, encargos e benefícios	(1.235)	(1.158)
Materiais diversos	(232)	(238)
Honorários da diretoria (com encargos)	(118)	(137)
Outras despesas líquidas	<u>(364)</u>	<u>(103)</u>
	<u>(3.899)</u>	<u>(3.156)</u>
Classificados como:		
Custo do serviço	(3.417)	(2.916)
Despesas gerais e administrativas	(452)	(212)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(30)</u>	<u>(28)</u>
	<u>(3.899)</u>	<u>(3.156)</u>

18 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.195	681
	<u>1.195</u>	<u>681</u>
Despesas financeiras		
Demais despesas financeiras	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>1.190</u>	<u>676</u>

19 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos na PCH Aquarius, levando em conta a natureza e o grau de risco. A Companhia tem como importância segurada total o montante de R\$ 126.674 (2022 - R\$ 109.925), conforme aberturas abaixo:

Bens segurados	Data de vigência		Importância segurada
	De	Até	
2023			
Patrimonial - Todos os riscos, inclusive lucros cessantes	18/06/2023	18/06/2024	112.112
Responsabilidade civil	18/06/2023	18/06/2024	14.562
2022			
Patrimonial - Todos os riscos, inclusive lucros cessantes	18/06/2022	18/06/2023	96.717
Responsabilidade civil	18/06/2022	18/06/2023	13.208

* * *

Luca Giobbi
Diretor Presidente

Marcelo Contini
Contador responsável
CRC/MS 6240/O-7